

O SER PROFESSOR EM TEMPOS DE PANDEMIA: o ensino e as múltiplas trajetórias

TEACHERS IN PANDEMIC TIMES: teaching and multiple trajectories

MARIANA LIMA LOTERIO

Mestranda em Geografia pela UNICAMP
marilima.geo@gmail.com

MARIANA SARTORATO MARQUES

Mestranda em Geografia pela UNICAMP
mamarques@outlook.com

LAURA BUTTI DO VALLE

Mestranda em Geografia pela UNICAMP
laura.vbutti@gmail.com

RESUMO: O TEXTO APRESENTA UMA DISCUSSÃO E REFLEXÃO SOBRE COMO A PANDEMIA MUNDIAL CAUSADA PELA COVID-19 DESDE O FINAL DE 2019 E NO BRASIL, PRINCIPALMENTE, DESDE O PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2020, TRANSFORMOU RADICALMENTE A VIDA COTIDIANA. COMO FORMA DE EVITAR AGLOMERAÇÕES E CONTER ASSIM, O ESPALHAMENTO DO VÍRUS, FOI ESTABELECIDO O ISOLAMENTO FÍSICO DOMICILIAR E O FECHAMENTO DE DIVERSOS ESTABELECIMENTOS, ENTRE ELAS, A ESCOLA. COM GESTORES, PROFESSORES E ALUNOS DENTRO DE CASA E A ACELERADA NECESSIDADE DE CONTINUAÇÃO DAS ATIVIDADES ESCOLARES DE FORMA REMOTA, ALTEROU-SE PROFUNDAMENTE O SENTIDO BASEADO NO COMPARTILHAMENTO DE IDEIAS E SABERES E NA CONVIVÊNCIA PRESENCIAL QUE A ESCOLA SE FUNDAMENTA. DE FORMA ABRUPTA, OS PROFESSORES FORAM ORIENTADOS A DOMINAR UM UNIVERSO DE TECNOLOGIAS E TRANSPOR TODA A DIDÁTICA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O AMBIENTE VIRTUAL, SEM REFLEXÃO, SEM ESTRUTURAS FÍSICAS E SEM O CONHECIMENTO ADEQUADO. NESTE CENÁRIO, ENTRE TANTAS ANGÚSTIAS E INCERTEZAS, NÓS, COMO PROFESSORAS DE GEOGRAFIA DE DIFERENTES CIDADES, SÉRIES E REALIDADES SOCIAIS, VIMOS A NECESSIDADE DE EXPRESSAR E REGISTRAR O MOMENTO ATUAL E QUE, FAZENDO O RECORTE NECESSÁRIO, É EXTREMAMENTE PRIVILEGIADO NESSE BRASIL TÃO DESIGUAL.

PALAVRAS-CHAVE: COVID-19; ENSINO; TECNOLOGIAS DIGITAIS; AUTONOMIA DOCENTE; MÚLTIPLAS TRAJETÓRIAS.

ABSTRACT: THIS TEXT PRESENTS A DISCUSSION ABOUT HOW THE GLOBAL PANDEMIC CAUSED BY COVID-19 SINCE THE END OF 2019 AND IN BRAZIL SINCE THE FIRST QUARTER OF 2020, HAS TRANSFORMED EVERYDAY LIFE. TO PREVENT THE SPREAD OF THE VIRUS WAS NECESSARY THE ADOPTION OF FUNDAMENTAL MEASURES LIKE PHYSICAL ISOLATION AT HOME AND THE CLOSURE OF SEVERAL ESTABLISHMENTS, INCLUDING SCHOOLS. WITH MANAGERS, TEACHERS AND STUDENTS AT HOME AND THE NECESSITY TO CONTINUE SCHOOL ACTIVITIES REMOTELY AND THE FACE TO FACE KNOWLEDGE SHARING EXPERIENCE THAT THE SCHOOL IS BASED ON HAS BEEN DEEPLY CHANGED. ABRUPTLY, TEACHERS WERE INSTRUCTED TO MASTER A UNIVERSE OF TECHNOLOGIES AND TRANSPOSE ALL DIDACTICS AND PEDAGOGICAL PRACTICES INTO THE VIRTUAL ENVIRONMENT, WITHOUT REFLECTION, WITHOUT PHYSICAL STRUCTURES AND WITHOUT ADEQUATE KNOWLEDGE. IN THIS SCENARIO, AMONG SO MANY ANXIETIES AND UNCERTAINTIES, WE, AS GEOGRAPHY TEACHERS FROM DIFFERENT CITIES, DEGREES AND SOCIAL REALITIES, SAW THE NEED TO EXPRESS AND RECORD THE CURRENT MOMENT IN THIS VERY UNEQUAL BRAZIL.

KEYWORDS: COVID-19; TEACHING; DIGITAL TECHNOLOGIES; TEACHER AUTONOMY; MULTIPLES TRAJECTORIES.

INTRODUÇÃO

A educação passa por um momento crítico na história. A pandemia mundial causada pela COVID-19 desde o final de 2019 e no Brasil, principalmente, desde o primeiro trimestre de 2020, transformou radicalmente a vida cotidiana. Como forma de evitar aglomerações e conter assim o espalhamento do vírus, se estabeleceu o isolamento físico domiciliar, alterando a circulação de serviços, informações, produtos e, principalmente de pessoas. Nesse cenário muitos estabelecimentos precisaram ser fechados, entre eles, as escolas.

A valorização e o respeito à ciência, assim como o acesso à informação crítica e de qualidade, se mostram, mais uma vez, a única maneira de combate ao avanço da doença. Tarefa essa árdua e constante, visto que, além do trabalho em relatar as estatísticas, os estudos sobre a COVID-19, as mudanças e tomadas de decisões da esfera política e econômica do Brasil e do mundo, os jornalistas críticos e estudiosos da área precisam, também, lidar com a disseminação de desinformação e Fake News sobre o vírus, vinculadas à grupos negacionistas e demais grupos contrários às recomendações e informações vindas da Organização Mundial da Saúde, médicos e cientistas da área.

As medidas recomendadas, como o uso do álcool gel quando fora de casa, lavar as embalagens dos alimentos com água e sabão e com frequência as próprias mãos, fazer home office, parecem ações, talvez não simples, mas acessíveis para a parte da população que detém o privilégio, como a classe média. De acordo com Cataia (2020, p. 234) “todas essas ações solicitadas no cotidiano, na vida cotidiana, implicam o lugar de cada um nas classes sociais e no espaço, especialmente nas grandes cidades e suas imensas periferias”. Para o autor, o olhar para este momento, é sem dúvida, analisado pelo viés da geografia, e isso não só é evidente, como amplamente conhecido: “a existência é condicionada pelo lugar que ocupamos nos grupos sociais e nas classes sociais, mas também

e, sobretudo, pelo lugar ocupado no espaço” (2020, p. 234).

É nesse sentido que a pandemia é um evento geográfico (SANTOS, 1996), ou seja, é o veículo de um processo datado e geografizado. Datado porque pode ser periodizado, isto é, tem uma duração, com um começo, passando por um ápice até atingir a domesticação do vírus, que pode significar o seu fim ou, mais provável, a sua convivência em conflito permanente com a sociedade. Ela evidentemente é geografizada, porque apresenta um lugar a partir do qual se difunde – sua escala de origem – e, ao atingir outros lugares e se realizar – sua escala de impacto –, precipita situações específicas (SANTOS, 1996; CATAIA & RIBEIRO, 2017), tanto mais distintas quanto são as diferenças e desigualdades entre os lugares. Uma situação envolve um lugar, um pedaço do espaço, mais as ações que sobre ele se dão, desde as ações locais até aquelas de dimensões globais. CATAIA (2020, p. 234).

Ao mesmo tempo em que se dá o fechamento dos estabelecimentos para diminuir a taxa de contaminação causada pelo vírus, há uma necessidade capitalizada de se adequar todas as atividades imediatamente ao ambiente virtual. Sem reflexão, sem estruturas físicas, sem conhecimento. Apenas uma transmutação de espaços.

E como as demais instituições, a escola embarca no mesmo processo. Ensino Remoto Emergencial torna-se a resposta imediata para o distanciamento social. De um dia para o outro, professores e alunos são obrigados a se adequar a realidade atual e a chave para isto são as tecnologias digitais. Medida essa que se tornou oficial após a publicação da portaria nº 343 no Diário Oficial da União, em 17 de março de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia da COVID - 19 (BRASIL, 2020).

Diante deste contexto, estão sendo disseminadas, tanto pelas mídias, quanto por pesquisadores da área e grupos empresariais vinculados à educação, diferentes nomenclaturas para os tipos de práticas pedagógicas que estão ocorrendo. De Educação a Distância (EaD) à Ensino Remoto ou Ensino Remoto Emergencial, o que temos são professores que, de um dia para o outro, foram obrigados a dominar um universo de tecnologias e simplesmente transpor toda a didática e práticas pedagógicas para o ambiente virtual, como expressa Santana Filho (2020, p. 6),

A urgência para que já nas primeiras semanas os professores, agora assumindo tarefas a partir de suas casas, realizassem a transposição de seus planejamentos para plataformas virtuais e recursos pela internet conduz à reprodução pura e simples da exposição oral presencial para a repetição à distância das explicações e exercícios.

Nessa demanda, professores que antes não possuíam muito ou qualquer contato com as tecnologias precisaram se adequar rapidamente às imposições feitas pelas escolas. Por sua vez, essas ignoraram que muitos destes não dispunham dos aparelhos tecnológicos necessários e foram obrigados a desembolsar parte de sua renda para a aquisição de tais, dentro de um contexto de pandemia, na qual, pelas ações governamentais, os próprios salários não estavam mais garantidos integralmente.

O mundo capitalista como conhecemos hoje faz parte de sistemas complexos adaptativos e que tem por base sobreviver no limite entre a ordem a desordem. Atualmente, entre as diversas crises econômicas e políticas mundiais, inseridas em um mundo de pandemia do novo coronavírus, as tecnologias digitais, que antes mesmo desse cenário já buscavam lugar entre os muros da escola, agora surgem como um novo organismo dentro deste sistema, inclusive nas escolas públicas do Brasil, como plataformas mediadoras do atual ensino remoto.

Segundo França Filho, Antunes e Couto

(2020), “as diretrizes curriculares e os resultados da educação brasileira serão auferidos em função das metas definidas por estas novas necessidades e configurações da acumulação capitalista.” (p. 21).

É um momento de caos, mas que possivelmente trará consigo uma nova ordem, fazendo-nos questionar como serão nossas práticas em sala de aula pós pandemia. Como se estabelecerão os novos limites dessa relação que foi abruptamente escancarada, não respeitando nem os espaços mais íntimos dos indivíduos envolvidos, sejam eles professores ou alunos.

Ademais, como uma forma de aproximar os temas abordados e nossas vivências com a educação, se misturam ao corpo do texto três contos diferentes, escritos por cada uma de nós, autoras do artigo. Como uma tentativa de dar voz às nossas trajetórias, diferentes sensações e experiências em tempos de pandemia da COVID-19, lembrando sempre, das desigualdades acentuadas em um período que a educação parece estar limitada a quem pode estar online.

Neste cenário, entre tantas angústias e incertezas, nós, como professoras de Geografia de diferentes cidades, séries e realidades sociais, vimos a necessidade de expressar e registrar o momento atual que vivemos na forma deste texto. Assim, estruturamos este artigo abordando a atual situação dos professores, tendo em vista a romantização do trabalho docente no ambiente virtual, as barreiras deste processo e a relação entre autonomia docente e o espaço escolar.

DIFICULDADES DO PROFESSOR EM MEIO A PANDEMIA: REFLEXÕES E APONTAMENTOS

O encantamento apressado com os aparatos tecnológicos escancara a falta de reflexão sobre qual educação remota está sendo feita nesse momento de crise. Com a urgência em manter as aulas através das plataformas digitais, idealizando uma mínima perda de conteúdo, tempo e buscando cumprir com o currículo planejado, foi imposto abruptamente a adoção de práticas tecnológicas para os professores.

Para Santana Filho (2020, p. 10) “essa transmutação do planejamento original para atividades remotas atende a um imediatismo que parece desconsiderar a crise sanitária de fato”, privilegiando a manutenção do currículo em detrimento ao maior acolhimento emocional e respeito às diferentes realidades e dificuldades que os alunos e professores estão vivendo nesse momento.

O ambiente de aprendizagem passou a ser a sala de casa, o quarto, isso em condições onde há um espaço para dar continuidade ao trabalho. Sem contar a presença de indivíduos que não fazem parte da vida escolar, como filhos, companheiros, família. O profissional? Este, que sempre teve seu espaço e suas práticas como objeto de disputa por atores da sociedade, agora passa a ser também o professor *youtuber*.

Mas o momento atual contribui, mais uma vez, para uma visão equivocada do ser professor, criando uma atmosfera de romantização da profissão. A mídia televisiva divulga um professor que se reinventou em poucos dias para dar conta das demandas tecnológicas e mesmo com a instabilidade da manutenção do salário integral que paira, inclusive sobre profissionais de outros setores, este continua a trabalhar com empenho e dedicação. Quantas horas foram necessárias para dar a aula que os alunos precisam, que a escola espera e que os pais aprovam?

A tecnologia nessa conjuntura é colocada como salvadora da educação e o professor como mediador em sua nobre missão: aquele que trabalha pelo amor ao ensino. O amor ao ensino é, de fato, peça muito importante na profissão, mas ser professor é isso: uma profissão, função essa que precisa ter uma remuneração de acordo com as atribuições, que precisa do entendimento da complexidade que ser professor nesse momento acarreta, incluindo também, o respeito às suas práticas.

Existe um tempo de trabalho invisível por trás de cada aula preparada por um professor e que, em condições normais, já abrem espaço para um debate acerca das condições de trabalho, mas que, nesse momento, vão além do

planejamento e organização das aulas. Soma-se à isto, o tempo de familiarização das novas plataformas usadas, gravação, edição de vídeos, comunicação com pais, alunos e gestores da escola, ultrapassando o tempo de aula e muitas vezes, até o horário de funcionamento da escola, fazendo com que estes professores sejam obrigados a estar em tempo integral disponíveis para comunicação. “Nota-se também certo ar de acusação contra os educadores – responsabilizados e culpados por não saberem transformar e produzir, com a devida urgência as atividades online, no mesmo padrão das aulas presenciais.” (SANTANA FILHO, 2020, p. 9).

Esse cenário, tem como pano de fundo a própria instabilidade das tomadas de decisões da esfera normativa, visto que para Arruda (2020, p. 261) o Brasil apresenta propostas difusas que:

[...] refletem a falta de liderança do Ministério da Educação, que indicou a possibilidade de se utilizar a modalidade a distância no ensino superior, por meio da portaria n. 343 de 2020, posteriormente apresentou a medida provisória n. 934 que retirou a obrigatoriedade de cumprimento de 200 dias letivos, mantendo a carga horária mínima nos diferentes níveis educacionais. A tomada de decisões a respeito do modelo de funcionamento da educação básica ficou sob os cuidados dos estados que têm apresentado iniciativas que se direcionam à substituição da educação presencial pelas aulas remotas ou adoção da modalidade a distância na educação básica. Muitas das iniciativas estão em processo de consolidação, mas há um indicativo de que serão implementadas ao longo dos próximos meses, sobretudo porque a contaminação no Brasil está em fase ascendente, com poucos indicativos a respeito de diminuição de taxas de contaminação e mortalidade.

Nessa conjuntura, em que profissionais de diversos setores da economia tiveram seus contratos de trabalho suspensos ou com redução

salarial, um cenário de apreensão e incertezas acaba por se alastrar. A Medida Provisória 936, que estava em negociação e votação na Câmara dos Deputados, estabelece o Programa de Manutenção do Emprego e Renda, criando a possibilidade de redução de jornada e salários ou suspensão do contrato por até noventa dias, durante o estado de calamidade pública, e por meio de acordo individual ou coletivo. De acordo com o Sindicato dos Professores de São Paulo - SinproSP.

Durante a vigência da redução ou da suspensão, uma parte do salário que o trabalhador deixou de receber será pago como Benefício Emergencial, custeado pela União. Esse benefício, calculado com base no seguro-desemprego, não recompõe o salário integralmente e a perda é maior quanto maior a faixa salarial. (SinproSP, 2020)

Com o argumento de que a natureza do trabalho docente é incompatível com a redução de jornada de 25% a 70%, já que a legislação educacional determina horas mínimas de atividade letiva na educação básica e visto que as exigências pedagógicas continuam mantidas, a Fapesp, o Sindicato dos Professores de São Paulo e outros sindicatos, recorreram à justiça para impedir esses acordos para os professores.

O acompanhamento das mudanças, negociações, votação e aprovação das medidas provisórias quanto aos salários, se torna assim, mais do que uma simples forma de se manter atualizado quanto às notícias, e sim, uma maneira inquieta de tentar prever qual rumo os nossos salários irão seguir.

Qual trajetória o ensino está trilhando?

Como pesquisadoras, mas também como professoras de Geografia, observamos em primeira mão a transformação pela qual a educação está passando nesse momento, escrever e refletir sobre as mudanças que esse setor está vivendo e ao mesmo tempo, estar inseridas nesse contingente de professores que estão vivendo a corrida pela dominação das plataformas digitais, a pressão exercida pelos gestores e a rápida remodelação do contato com pais e alunos em um período tão curto de tempo é, sem dúvidas, uma experiência inquietante. Como professora de uma escola particular de uma região de classe média, preciso deixar claro a posição privilegiada que me encontro em relação à tantos outros professores que estão se desdobrando para tentar acolher alunos que não possuem o mesmo acesso a aparatos tecnológicos e à internet que os meus alunos possuem, disparidade essa, que contribuiu para o entendimento do aprofundamento das desigualdades educacionais que estão tão enraizadas no Brasil. Em um momento que o foco deveria ser a sobrevivência, observamos todos os dias a mídia televisiva apresentar notícias sobre a corrida alarmante das escolas particulares em encontrar a metodologia mais eficaz e inovadora de aula online, e logo em seguida, apresentar dados alarmantes sobre a quantidade de alunos de escolas públicas que não possuem acesso à internet ou aos aparatos tecnológicos necessários para acompanhar aulas de maneira virtual. Que futuro é esse que está sendo desenhado para os jovens e crianças das escolas brasileiras nesse período de pandemia? Quais medidas e ações que estão sendo tomadas pelo Ministério da Educação nesse momento, vão ficar de ensinamento para o futuro? Estamos vivendo um momento de angústia e a única coisa que deveria estar sendo privilegiada nesse momento, é a saúde física e mental de todos.

O ESPAÇO ESCOLAR E A AUTONOMIA DOCENTE

Para discutir as possíveis consequências desse momento nas aulas dos professores, precisamos pensar o que mudou. Mesmo considerando uma situação ideal, com alunos e professores amparados com ferramentas e conectados a internet, juntos, simultaneamente, em uma aula no estilo *live*, quais são as diferenças em comparação ao que estávamos acostumados antes?

Nesse cenário, o que muda é onde está cada pessoa neste processo. Se antes ambos os personagens se encontravam dentro da sala de aula, agora isso está diferente. Passa a ser inevitável pensar na materialização da escola e nas relações que se estabelecem nesse contexto. Por isso, mostra-se pertinente pensar a escola espacialmente e o que perdemos quando a retiramos deste processo de aprendizagem.

Assim, iniciamos um diálogo com o conceito de espaço trabalhado por Massey (2005, p.49) “É o que estou chamando de espaço como dimensão de trajetórias múltiplas, uma simultaneidade de estórias- até- agora. O espaço como dimensão de uma multiplicidade de durações.”. O espaço se transforma na existência de multiplicidades coetâneas (MASSEY, 2015), se configurando como algo dinâmico e não um objeto inerte (MARQUES, 2013), por isso, a escola não é palco passivo nas relações sociais e sim agente na produção das relações e subjetividades daqueles que a compõe.

A escola é um espaço delimitado fisicamente, mas ao delimitá-lo não necessariamente o estamos limitando. O prédio escolar é um objeto da paisagem, mas a escola não é somente o prédio. Isso significa que o esforço em traçar os limites do objeto deve ser também o esforço em conceber tais linhas como abstrações e como referências necessárias metodologicamente, no sentido de circunscrever aquilo sobre o que se pretende trabalhar. Dimensões diversas

de fenômenos e processos atravessam seus muros em várias direções, fazendo com que este espaço, seja pulsante, jamais acabado e sempre em construção.
(MARQUES, 2013, p. 11)

Nesse sentido, a escola como um espaço de encontro de múltiplas trajetórias se vê, agora, sofrendo as implicações de ter essas trajetórias separadas, isoladas e sem poderem se encontrar como antes. Perde-se a dimensão que é construída no cotidiano e no cruzar dessas diferentes estórias pelo espaço.

Afinal de contas, será que o enorme crescimento das comunicações pessoais através de programas de videoconferência por si só permite que as necessidades afetivas, intelectuais e materiais sejam satisfeitas? Ou até quando a angústia gerada pela impossibilidade do encontro com os entes queridos será suportável apenas com o uso dessas ferramentas tecnológicas? (FRANÇA FILHO, ANTUNES e COUTO, 2020, p. 24)

Sabemos que a realidade docente se estabelece em meio a amarras, sejam cobranças institucionais ou o próprio currículo vigente, mas é dentro das paredes da sala de aula que professores encontram maneiras de estabelecer diálogos com seus alunos sem o intermédio de terceiros.

Nesse sentido, a escola desempenha o papel de espaço propulsor das imprevisibilidades tão importantes para a educação. São essas brechas na realidade que se perdem quando professores, principalmente das áreas de humanas, tão atacadas no contexto político atual, precisam repensar suas ações diante de aulas gravadas e pais e coordenadores onipresentes.

A sensação de vulnerabilidade passa a ser grande e o risco de assédio moral virtual aumenta substancialmente. Como fica a autonomia docente nesse contexto? Mais incertezas em um período de grandes conturbações. É necessário

pensar quais respaldos nos protegem dentro deste novo contexto e quais as consequências dessa sensação de vigia em disciplinas que se pautam na discussão, no questionamento e no pensamento crítico.

Entendemos que o conceito de autonomia é complexo e a discussão perpassa diversas esferas sociais, como a própria autonomia da escola não podendo ser pensado em uma perspectiva individualista (REIS, 2007), mas nesse artigo partiremos da ideia Kantiana de autonomia no viés filosófico.

Sendo assim, a autonomia que problematizamos, com a imposição da continuidade das atividades escolares via tecnologias digitais, é no sentido da possibilidade do professor de construir momentos de resistência perante vontades exteriores. Entendendo, assim, a autonomia docente como “[...] à possibilidade do professor decidir sobre seu trabalho, o que, do ponto de vista técnico significa controlar procedimentos e, do ponto de vista ideológico, definir as finalidades de sua prática”. (MARTINS, 2014, p. 72).

Termo introduzido por Kant para designar a independência da vontade em relação a qualquer desejo ou objeto de desejo e sua capacidade de determinar-se em conformidade com uma lei própria, que é a da razão. Kant contrapõe a Autonomia à heteronomia, em que a vontade é determinada pelos objetos da faculdade de desejar (ABAGNANNO, 2007 apud MARTINS, 2014, p. 52)

Existe educação durante a pandemia?

Acorda. Toma café. Vai preparar a aula. Arruma o cenário. Computador, internet, celular, microfone. Grava. Não ficou bom. Grava de novo. Som ruim, cachorro latindo, vozes ao fundo, iluminação fraca. Grava de novo. Se passaram três horas. Posta na plataforma. Torce para que os alunos assistam. Almoça. Vai corrigir as atividades. Como corrigir sem poder olhar nos olhos e humanizar aquele momento? Posta a correção. Prepara os slides da próxima aula. Estuda. Pesquisa. Sofre pela tecnologia que não tem disponível ou não sabe usar. Não dá tempo. “Vai” pra aula online. “Professora quer ver meu cachorro?” / “Professora, posso ir ao banheiro?” / Começa a aula. Escuta a voz do pai ao fundo. Sabe que está sendo avaliada. Vigiada. Existe autonomia? “O que? Essa professora é comunista! Dando aula sobre Aquecimento Global? Isso não existe! – diz o pai, que agora também faz parte da aula, mas não é aluno, é vigia. Da a aula sem ao menos poder olhar para o rosto dos alunos. Será que realmente estão “aqui?”. Raramente os escuta. Nunca os vê. A angústia aumenta. O retorno? É pouco. “Estão me ouvindo, pessoal?”/ Estão aprendendo? Mas como cobrar? Como esperar alguma coisa de corações que também devem estar angustiados. E agora, como seguir? Como acolher esses jovens? Calma, respira. Vai passar. E no dia seguinte, tudo recomeça... – Registro de uma professora durante o ensino remoto em tempos de pandemia.

Sabemos, inclusive, que a vulnerabilidade do trabalho dos professores não surgiu junto com a pandemia do Coronavírus. Importante lembrarmos, por exemplo, do movimento Escola Sem Partido que, desde 2004, incentiva pais e alunos a denunciarem professores supostamente doutrinadores ideológicos. Mais recentemente, a partir de 2015, o movimento ganhou força sendo carregado pelas alas conservadoras da política brasileira e apresentado como projeto de lei em diferentes instâncias.

Neste contexto, incitaram os alunos a filmarem seus professores que não seguissem a falsa noção de neutralidade que, oportunamente, é defendida por esse movimento. Aliado ao fenômeno recente da internet de compartilhamento em massa não foram poucos os casos que “viralizaram” nas redes sociais levando, inclusive, ao linchamento virtual de alguns profissionais.

A luta docente por autonomia não é recente, mas enfrenta um capítulo novo. Se antes reforçávamos o nosso direito de preservação de imagem dentro do espaço escolar, hoje nos vemos gravando aulas ou em aulas por *lives* sem saber ao certo quem está do outro lado e onde essas informações podem chegar.

Diferentes espaços com diferentes complexidades, a escola proporciona uma simultaneidade que questionamos no mundo virtual. Apesar da sensação de instantaneidade na transmissão de informações que o online reivindica, perdemos a espontaneidade que somente o encontro de trajetórias pode proporcionar. Quando pensamos nessa simultaneidade de histórias e coexistência de multiplicidades no contexto da educação, é inevitável que o espaço escolar, o espaço da sala de aula, tome notoriedade no fazer docente.

Pandemia em HD

Como espectadores, assistimos os desdobramentos do coronavírus na China. Ainda distantes, nos atentamos aos perigos da COVID-19 se espalhando pela Ásia, chegando à Europa e depois aos EUA. Cada dia novos registros em diferentes cidades, países e continentes. Mesmo assim, fomos inesperadamente pegos pelo esperado, alcançados pelo que já se mostrava inevitável. Em questões de dias já não éramos mais os espectadores. Tudo precisava parar, mas como parar? Quem pode parar? No meio disso as escolas, os alunos, os professores, a educação... O que fazer? Escolas públicas pararam, escolas particulares se atropelaram em busca da metodologia “perfeita” – para quem? Videoaula, aula live, sala de aula virtual, prova virtual, exercício virtual, plantão de dúvidas virtual, reunião virtual, tudo virtual. De real mesmo só os números de casos, mortes e descasos aumentando dia após dia. Mas mesmo assim, “A vida não pode parar” né MEC? No cursinho particular não parou mesmo, mas o que fazer no cursinho popular? Como alunos podem lutar pela educação popular sem internet, computador, sem um canto silencioso para estudar, sem dinheiro para pagar as contas e comprar comida, vivenciando o avanço da COVID-19 na vizinhança, com os mais próximos adoecendo e tanta gente morrendo? Jovens negros, pobres e periféricos com seus sonhos de entrar na universidade pública, território deles por direito, cada vez mais conturbados. Como se já não fosse desigual o suficiente. Neste momento, não adianta a melhor videoaula com efeitos especiais. Não tem webprofessor em definição HD que resolva. Infelizmente, por hora, Weintraub sorri. Mas seguimos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse cenário, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia e Comunicação (Pnad Contínua TIC) realizada em 2018 e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em abril deste ano mostrou que uma em cada quatro pessoas no Brasil não possuem acesso à internet.

Ao analisarmos os dados totais, temos um número de 46 milhões de brasileiros sem acesso à internet. Como pensar na possibilidade de continuarmos as atividades escolares de forma remota nesta pandemia quando a educação, que é um direito constitucional, não chega para todos?

Em um país de proporções continentais, com grandes disparidades entre regiões, cabe a ressalva de que, neste momento, para dar continuidade aos estudos de forma remota, não é viável somente possuir um aparelho digital - seja ele, celular, *tablet* ou computador - mas sim, possuir acesso à internet que torna esse processo de aprendizagem minimamente cabível. E nesse caso, estamos nos referindo à um pacote de internet banda larga que permite acesso à diferentes plataformas, sites e aplicativos e não apenas à aplicativos específicos de comunicação como redes sociais. Internet essa, que, ainda em 2020 não se encontra disponível para os brasileiros de todas as regiões deste país.

Paula Sibilía (2012, p. 103), nos alerta para o que ela chama de “Apartheid atual” entre os alunos que têm (acesso) e aqueles que não tem. Segundo a autora, os que têm, fazem parte de uma categoria extremamente privilegiada de consumidores globais e para estes a escola ainda é um espaço para se desfrutar das condições de aluno. Talvez, neste cenário de pandemia, de distanciamento social, de educação remota, esses consumidores globais serão ainda mais privilegiados pela educação que continuam a receber.

Nessas considerações - nem um pouco - finais, nos encontramos em um momento de angústias e incertezas sobre a educação pós pandemia. O retorno, provavelmente, não será

fácil, afinal, retornaremos para onde? O que nos espera é um espaço diferente daquele que deixamos em meados de março. Segundo Massey (2008, p. 184), não existe voltar no espaço-tempo, os lugares não são estáticos, as outras trajetórias terão continuado assim como as nossas.

A verdade é que nunca se pode simplesmente “voltar”, ir para casa ou para qualquer outro lugar. Quando você chega “lá”, o lugar terá prosseguido assim como você terá mudado. [...] Pois abrir “espaço” para esse tipo de imaginação significa pensar tempo e espaço como mutuamente imbricados e pensar em ambos como produto de inter-relações. Não se pode voltar no espaço-tempo.

Nos resta aguardar as novas trajetórias que irão se encontrar e reencontrar. Pensar espacialmente a escola é entender que estamos sujeitos às imprevisibilidades da vida e em constante construção. Serão novas simultaneidades de histórias, novas dúvidas e disputas políticas reconfigurando, mais uma vez, este espaço.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Eucídio Pimenta. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. EmRede: **Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020.

BRASIL. **Portaria Nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. D.O.U 18/03/2020. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

CATAIA, Márcio. Civilização na encruzilhada: globalização perversa, desigualdades socioespaciais e pandemia. **Revista Tamoios**, v. 16, n. 1, p. 232-245, maio 2020.

FRANÇA FILHO, Astrogildo Luiz de; ANTUNES, Charlles da França; COUTO, Marcos Antonio Campos. Alguns apontamentos para uma crítica da EaD na educação brasileira em tempos de pandemia. **Revista Tamoios**, v. 16, n. 1, p. 16-31, maio 2020.

MARQUES, Roberto. Por uma perspectiva espacial da escola. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 3, n. 5, p. 05-20, 2013.

MARTINS, Elita Betania de Andrade. **Abelhas ou arquitetos?** A compreensão dos professores sobre autonomia e as implicações no seu processo de formação e trabalho. 212 f. Tese (Doutorado em Educação)-Programa de Pós Graduação em Educação, UFJF, Juiz de Fora, 2014.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MORENO, Ana Carolina; TENENTE, Luiza; FAJARDO, Vanessa. 'Escola sem Partido': entenda a polêmica em torno do movimento e seus projetos de lei. **G1**, São Paulo, 3 ago. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/entenda-a-polemica-em-torno-do-escola-sem-partido.ghtml>. Acesso em: 01 jun. 2020.

REIS, Ailton G.; CONTRERAS, José. Autonomia de professores. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, v. 12, n. 11, 2007.

SANTANA FILHO, Manoel Martins de. Educação geográfica, docência e o contexto da pandemia Covid-19. **Revista Tamoios**, v. 16, n. 1, p. 3-15, maio 2020.

SIBÍLIA, Paula. **Redes ou paredes**: a escola em tempos de dispersão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. 222 p.

SINDICATO DOS PROFESSORES DE SÃO PAULO. Por que a Fepesp e os sindicatos foram à Justiça contra a redução de salários. **Sinpro SP**, 15 maio 2020. Disponível em: <http://www.sinprosp.org.br/noticias/3913>. Acesso em: 01 jun. 2020.

SINDICATO DOS PROFESSORES DE SÃO PAULO. Medida Provisória 936 é aprovada na Câmara Veja as principais mudanças. **Sinpro SP**, 29 maio 2020. Disponível em: <http://www.sinprosp.org.br/noticias/3928>. Acesso em: 01 jun. 2020

IBGE. PNAD Contínua - **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2018**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101705_informativo.pdf. Acesso em: 01 jun. 2020.

TOKARNIA, M. Um em cada 4 brasileiros não tem acesso à internet, mostra pesquisa. **Agência Brasil**, 29 abr. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>>. Acesso em: 01 jun. 2020